

EDUCAÇÃO, TRABALHO E AÇÕES CONTRA AS VULNERABILIDADES: AS MULHERES NA AGENDA SOCIAL

Education, labor and actions against vulnerabilities: women in social politics

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti¹

RESUMO: *As mulheres foram essencialmente as responsáveis diretas pelas mudanças e contribuições para os avanços da sociedade rumo à pós-modernidade, sem desigualdades, sem violência e com justiça social. Os campos de maior vulnerabilidade e que mereceram, nos últimos trinta anos, destaque especial na agenda social e política foram justamente Educação e Trabalho. Neste sentido, a finalidade deste artigo é apresentar essas representações e enveredar na análise de políticas públicas que valorizem e viabilizem liberdade e justiça social.*

UNITERMOS: *Mulheres – História – Educação – Trabalho.*

ABSTRACT: *Women were essentially the direct responsables for the changes and contributions for the advances of society aiming the post-modernity, with no disequalities, with no violence and with social justice. The fields of greater vulnerabilities and that deserved, during the past years, special emphasis on the social and political agenda were Education and Labor. This article's goal is to present this representations and analisis of public politics that value and contribute to the existence of freedom and social justice.*

KEY-WORDS: *Women – History – Education – Labor.*

A discriminação contra a mulher não está simplesmente impressa nos papéis modelares e nas concepções hegemônicas presentes na sociedade brasileira. Outros são os campos de exclusão verificados recentemente por meio de dados estatísticos que confirmam essa situação: um quarto dos 28 milhões de mulheres brasileiras que trabalham são chefes em seus lares (IBGE, 2000), das quais 30% estão abaixo da linha de pobreza, recebendo o equivalente a menos de U\$2 por dia, confirmando não só a exclusão econômica como também a social. Isto pode ser agravado de forma brutal ao se levar em consideração as seguintes categorias analíticas: gênero, raça, geração, etnia e classe social. Em geral, estes dados apresentam, ainda, situações relevantes para a compreensão da atual

¹ Historiadora; doutora em História pela Universidade de Leon, Espanha; coordenadora geral do Programa Alfabetização Solidária/UNIFACS - 2001 a 2005.

condição feminina: as mulheres são as maiores vítimas do desemprego em centros urbanos

– a taxa é de 6% para a população masculina, mas de 8,5% para a feminina.

TABELA 1 - MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: PEA - BRASIL - 2000

Anos	PEA			Ocupadas		Empregadas
	Milhões	Taxa de atividade	Porcentagem de mulheres na PEA	Milhões	Milhões	% de mulheres entre os empregados
1995	30	48,1	40,4	27,8	11,6	32,6
1997	30,4	47,2	40,4	27,3	11,9	33,1
1998	31,3	47,5	40,7	27,6	12,5	33,9

Fonte: FIBGE – PNADS. Brasília, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1995, 1997 e 1998.

TABELA 2 - HOMENS NO MERCADO DE TRABALHO: PEA - BRASIL - 2000

Anos	PEA			Ocupados		Empregados
	Milhões	Taxa de atividade	Porcentagem de homens na PEA	Milhões	Milhões	Porcentagem de homens entre os empregados
1995	44,2	75,3	59,6	41,9	24	67,4
1997	44,8	73,9	59,6	41,9	24,2	66,8
1998	45,6	73,6	59,3	42,3	24,2	66,1

Fonte: FIBGE – PNADS. Brasília, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1995, 1997 e 1998.

Outro instituto de pesquisa nacional, o IPEA (Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada), apresentou, nos últimos anos da década de 90, um estudo relacionando pouca escolaridade a baixos salários, revelando que a renda máxima de mulheres com nível médio de escolaridade é de R\$ 553,00, valor que declina até R\$ 369,00 aos 60 anos. Para homens com nível médio e superior, o salário só cresce, chegando a R\$ 1.273,00 aos 60 anos.

TABELA 3 – SALÁRIO FEMININO - PANORAMA MUNDIAL – 1998

Países	Salário feminino não agrícola como % do salário masculino
Colômbia	84,7
Costa Rica	83
Portugal	76
Brasil	76
Paraguai	76
Estados Unidos	75
México	75
Uruguai	74,5
Argentina	64,5
Chile	60,5

Fonte: ONU, 1998.

Só não há discrepância quando as mulheres possuem nível superior de instrução; neste caso, a renda gira em torno de R\$ 1.110,00 (IPEA, 2000). Esta última condição, entretanto, está concentrada nas faixas jovens e nem todas as mulheres podem dizer que não são forçadas a provar suas habilidades a todo momento num mercado que lhes abre as portas com hesitação. Porém, não é só no campo do trabalho que as mulheres enfrentam dificuldades e vivenciam as desigualdades de uma composição social de cunho patriarcal. As condições de vida e de trabalho tomaram a frente nas manifestações feministas, mas – até agora – podem registrar um avanço lento e concentrado em alguns momentos da ditadura militar e um aumento gradual de sua influência pós-1984, momento da abertura política por meio do movimento das *Diretas Já*, símbolo da democratização do país.

As expressões sociais citadas acima foram ampliadas ao longo da *Década da Mulher* (1975/1985) e deram novos contornos à práxis desses sujeitos históricos. A partir dessas informações e ao longo do processo histórico contemporâneo, em especial nas últimas três décadas, é possível indicar que as brasileiras não estão sozinhas na luta. São diversos os campos de atuação e os organismos nacionais e internacionais que revelam a necessidade imediata de olhar a condição, a escolaridade e o trabalho de mulheres, seja em âmbito nacional ou alcançando as fronteiras da América Latina e de outros países. Por exemplo, a *Cúpula Mundial da Educação*, realizada em abril de 1990, em Dakar (Senegal), a fim de avaliar o programa *Educação Para Todos*, na qual 181 países firmaram compromisso de criar políticas educacionais para a mulher, estabelecendo o ano de 2015 como prazo para que se encerre a discriminação do gênero nesse setor. Atualmente, as mulheres são maioria entre os 113 milhões de crianças fora do sistema de ensino e representam 60% dos 880 milhões de analfabetos absolutos do planeta, segundo dados da UNESCO (1990).

TABELA 4 - TAXAS DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS, POR SEXO E RAÇA/COR - BRASIL - 1995-1999

Grupos de Idade	Mulheres			Homens			Total (em %)		
	Branca	Negra(2)	Total(3)	Branca	Negra(2)	Total(3)	Branca	Negra(2)	Total(3)
1995	89,8	76,9	84,3	91,2	76,1	84,5	90,5	76,5	84,4
15 a 24 Anos	97,2	92,8	95,1	95,6	85,4	90,6	96,4	89,0	92,8
25 a 29 Anos	96,1	87,2	92,2	94,9	81,9	89,0	95,5	84,6	90,7
30 a 39 Anos	94,9	83,1	89,9	93,8	80,4	88,1	94,4	81,8	89,0
40 a 49 Anos	90,0	71,1	82,5	91,4	74,2	84,2	90,6	72,7	83,3
Mais de 50	75,0	47,0	64,3	81,7	54,3	70,8	78,0	50,4	67,3
1999	91,4	80,4	86,7	92,0	80,0	86,7	91,7	80,2	86,7
15 a 24 Anos	98,2	94,7	96,5	96,8	90,7	93,8	97,5	92,6	95,1
25 a 29 Anos	96,8	90,9	94,2	95,4	86,6	91,3	96,1	88,8	92,8
30 a 39 Anos	95,5	86,8	91,8	94,3	82,1	89,0	94,9	84,5	90,4
40 a 49 Anos	93,0	78,2	87,0	93,1	78,4	87,0	93,0	78,3	87,0
Mais de 50	78,3	52,0	68,1	82,7	58,7	73,1	80,3	55,1	70,4

Fonte: Fundação IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD; Fundação Seade.

(1) Para a Região Norte, a PNAD coletou dados apenas para a população urbana, exceto no Estado de Tocantins.

(2) Inclui população preta e parda.

(3) Inclui população amarela e indígena.

Não obstante, para acrescentar dados sobre a relação educação e mulher, é necessário partir da premissa de que, durante muitos séculos, a escolarização feminina foi relegada e isto afeta diretamente qualquer índice de desenvolvimento.

Consoante com o Relatório do Desenvolvimento Humano para o ano de 2000, um estudo elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Índice de Desenvolvimento Humano apresenta o Brasil na 74ª posição. Já no que diz respeito à posição da mulher no desenvolvimento humano, o país encontra-se em 66º lugar. Aspectos a serem valorizados são, essencialmente, aqueles vinculados à saúde e à educação, com destaque ao estudo comparativo que revela a escolaridade e a redução atual das distorções entre homens e mulheres, que estão estudando mais que eles: enquanto 30% delas concluem o ensino médio, só 20% dos homens conseguem isso. Dos 10 aos 14 anos, 7%

dos jovens não sabem ler ou escrever, mas só 4% das jovens são analfabetas. De janeiro a maio daquele ano, o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) recebeu 70% mais inscrições de mulheres que de homens: 445 mil mulheres filiadas à Previdência Social contra 260 mil homens filiações masculinas no período.

Nas grandes regiões metropolitanas, tais como São Paulo, Salvador, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre e Brasília, só nas dez atividades consideradas mais "femininas" – como as ligadas a vestuário, calçados, beleza e indústria têxtil – as mulheres estão a frente dos homens, ocupando 80% das vagas. No entanto, quando o estudo detalha setores como os de eletroeletrônicos, metalurgia e construção civil, a situação se inverte e somente 20% de mulheres ocupam efetivamente esses empregos. Ainda dentro da abordagem de trabalho, para o mesmo ano, os salários assinalam grandes contrastes: só em 5% dos casos a mulher ganha um pouco mais (10%) que o homem. No geral, a representação feminina recebe 37,5% menos que os colegas do sexo masculino. As distorções podem ser maiores e mais discriminatórias quando se trata de mulher de raça negra, que perde mais e ganha 40% menos que o homem. O dado usado no estudo é do PNAD/IBGE (1998): por 40 horas de trabalho, o branco recebe R\$ 727,00; a branca, R\$ 573,00; o negro, R\$ 337,00 e a negra, R\$ 289,00.

Com aporte em indicadores estatísticos, também é inferido que um país com dimensões continentais como o Brasil está como exceção, pois as mulheres aqui possuem educação melhor do que os homens. Em estudo específico para o mercado de trabalho, o IBGE realizou um levantamento, para o ano de 2000 (Tabela 5), revelando que 10,5% das jovens entre 15 e 24 anos freqüentavam universidade ante 8,6% dos jovens na mesma faixa etária. Entretanto, isso não significa que ganhem mais: 60,6% das mulheres recebem até dois salários mínimos e 62,8%, atingem cargas horárias semanais superiores a 48 horas. A faixa etária que compreende os jovens entre 15 e 24 anos soma mais de 31 milhões de

pessoas em todo o país, dos quais 78% vivem em áreas urbanas. Neste universo, há um certo equilíbrio entre os sexos, pois, para cada 100 mulheres, existem 99,2 homens em média.

TABELA 5 – MULHERES DE 15 A 24 ANOS QUE REALIZAM AFAZERES DOMÉSTICOS POR TRABALHO E ESTUDO – 1995

Grandes Regiões	Estudam	Trabalham e estudam	Trabalham	Só afazeres
Brasil	5,8	25,3	50,9	7,9
Norte	10,2	30,8	42,0	9,7
Nordeste	5,4	25,5	50,8	7,8
Sudeste	6,2	24,5	49,5	8,0
Sul	4,0	24,7	58,0	7,2
Centro-Oeste	6,2	27,5	49,7	7,8
Região Metropolitana	7,3	24,9	45,5	10,1

Fonte: IBGE/PNAD, 2000.

Ainda, para complementar a idéia de que a escolaridade não está necessariamente atrelada, até o momento, à ocupação no mercado de trabalho, no que tange ao gênero, pode-se observar na Tabela 6 dados que confirmam essa assertiva.

TABELA 6 – MULHERES JOVENS COM ESCOLARIDADE POR SEXO E IDADE – 1995

Grupos de Idade	15 a 24		15 a 17		18 e 19		20 a 24	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Alfabetizados	90,6	95,1	90,9	96,0	90,2	95,2	90,5	94,4
Estudantes	38,4	42,8	63,8	69,4	38,7	45,2	19,3	21,8
% em nível superior	8,6	10,5	0,3	0,4	9,6	11,5	29,7	33,7

Fonte: IBGE/PNAD, 2000.

De qualquer forma, a associação entre crescimento e desenvolvimento sustentável acaba por revelar mais do que números estatísticos associados à exclusão. A questão da inserção e da justiça social para mulheres tem ocupado as agendas sociais e políticas dos últimos anos de maneira veemente e sem rodeios. Não somente organismos nacionais, mas principalmente o Banco Mundial e a ONU definiram os pilares sobre a questão da exclusão social feminina e o ajuste nos níveis de desenvolvimento humano.

Para exemplificar, retomamos o relatório *Engendering Development: Through gender equality in rights, resources and voice*, no qual as diretrizes são bem definidas:

As grandes disparidades de gênero em direitos humanos básicos, recursos, oportunidades econômicas, e em política são inseridas em todo o mundo, apesar das recentes vantagens. Essas disparidades são indubitavelmente relacionadas com a pobreza. Em um nível, a pobreza exacerba as disparidades de gênero, em outro, as desigualdades de gênero ocultam, por sua vez, o desenvolvimento sustentável (BANCO MUNDIAL, 2001).

Confirmando, todavia, essa mesma linha de atuação, pode-se retomar os desafios mapeados pela *Plataforma Política Feminista*, aprovada na *Conferência Nacional De Mulheres Brasileiras*, em 2002:

assegurar as conquistas referentes à superação das múltiplas desigualdades sociais e instituir os princípios da equidade e da proporcionalidade racial/étnica, de gênero e de geração, definindo diretrizes que orientem a aplicação dos recursos públicos no desenvolvimento das políticas sociais nas áreas de educação, saúde, trabalho, qualificação profissional, geração de emprego e de renda, habitação, erradicação da pobreza, desenvolvimento sustentável, proteção ambiental, segurança e seguridade social, eliminando-se a desigualdade entre os diversos segmentos da sociedade nas várias regiões do país (CONFERÊNCIA NACIONAL DE MULHERES BRASILEIRAS, 2002).

Assinala Amartya Sen (2000), Prêmio Nobel de Economia de 1998, que o desenvolvimento resulta de expansão das liberdades – políticas, econômicas, institucionais e sociais – das quais as pessoas desfrutam ou deveriam desfrutar. Neste sentido, a busca pela igualdade entre homens e mulheres faz-se cada vez mais presente e demonstra um processo de conscientização, *pois dar poder às mulheres é o fator mais importante na direção do poder econômico* (SEN, 2000).

Em outra passagem, o economista dedica-se à explanação do sentido da sustentabilidade da vida social, estando este na sintonia em que ocorrem as experiências

dos relacionamentos. Entrementes, tal categoria também acaba por estimular e facilitar a livre escolha de oportunidade e, por conseguinte, a expansão das liberdades.

Em países pouco desenvolvidos como o Brasil, a situação das mulheres pode, portanto, ser entendida como reflexo de seu atraso. E as conquistas femininas revelam-se igualmente um excelente indicador de crescimento econômico, político e social. Somente, deste modo, a expansão das liberdades e seu usufruto podem levar o país a uma situação melhor diante da globalização.

Os estudos brasileiros mais recentes sobre gênero, desenvolvimento e economia política são de autoria de Anita Kon, da Fundação Getúlio Vargas e da PUC/SP. A autora, por exemplo, afirma que:

a nova economia política de gênero tem sido moldada com a preocupação de entender o papel de ambos os sexos para a reprodução econômica e social em uma nova fase do desenvolvimento capitalista, em que crescentes mudanças sistêmicas caracterizam o processo de incorporação dos trabalhadores nas esferas produtiva e distributiva das economias (KON, 2002).

Na Tabela 7, é possível revelar explicitamente esse valor social que, somente após a *Década da Mulher*, foi incentivado de maneira mais contundente. Porém, deve-se levar em consideração alguns pressupostos ao realizar essa análise: o fato de ter filhos e a necessidade de cuidar dos mesmos ou de trabalhar para sustentá-los é um dos fatores que impede ou dificulta, em grande grau, a dedicação a uma formação.

O elevado número de famílias que dependem de um progenitor feminino, em nível mundial, demonstra que a situação é comum nas estatísticas: cerca de 25% das famílias, no panorama mundial, encontram-se nessa classificação. Mesmo assim, a mulher está conseguindo um importante avanço: em países desenvolvidos, as diferenças entre sexos no processo de alfabetização foram reduzidas em mais da metade, especialmente entre as décadas de 1970 e 1990. Já os dados sobre escolarização primária para esses países

sofreram um aumento extraordinário, muito maior do que os números relativos aos da população masculina (Tabela 7).

**TABELA 7 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO²
(ESPERANÇA DE VIDA, NÍVEL EDUCACIONAL E INGRESSO REAL AJUSTADO)³**

Países	IDH	IDM
Espanha	0,930	0,795
Uruguai	0,881	0,802
Argentina	0,882	0,768
Chile	0,880	0,759
México	0,842	0,741
Cuba	0,769	0,726
Brasil	0,804	0,709
Peru	0,709	0,631
China	0,594	0,578
Etiópia	0,227	0,217

Fonte: ONU. Informe sobre Desarrollo Humano, 1995.

Já em 1995, durante a *Conferência Mundial Sobre a Mulher*, ocorrida em Pequim, representantes de várias nações também se comprometeram a intensificar esforços para atender a diversas reivindicações, entre elas, que se dirija a dotação do gasto público, visando aumentar oportunidades econômicas para a mulher e promover seu acesso aos recursos produtivos; avaliar o trabalho doméstico e reestruturar regimes de emprego para que seja possível uma divisão mais justa das responsabilidades familiares; igualar o acesso

² Ao tratar da abordagem sobre desenvolvimento e gênero em itens anteriores, também deve-se levar em consideração um marco nos aportes acadêmicos sugerido pela realização, em abril de 1996, do Congresso *Gender and Political Economy*, organizado pela *New School for Social Research* na cidade de New York. Além de um programa extenso de debates teóricos e apresentação de projetos de agências internacionais, o evento praticamente difundiu a associação dos dois conceitos como nova perspectiva de interpretação e investigação no campo das Ciências Sociais. Aconteceu uma reavaliação das análises tradicionais elaboradas até aquele momento, pois estas não incorporavam a questão de gênero no que diz respeito à análise do mercado de trabalho e do comportamento da família como unidade econômica por consequência.

³ IDM = IDH que considera as desigualdades entre homens e mulheres. A maior diferença, menor valor de IDM. Os valores correspondem a uma escala entre 0 e 1.

à educação e conscientizar professores sobre as questões de sexo; diversificar a formação profissional e técnica, bem como abrir às meninas campos poucos explorados por elas, como o das ciências, engenharia, tecnologia e gestão de empresas.

Naturalmente, há muitos outros assuntos em pauta quando se debate a situação da mulher nesse início de milênio, como a violência doméstica e sexual, a prostituição e o tráfico de mulheres. Afinal, não são debates que devem ocorrer apenas no Brasil, já que são problemas presentes em todo o mundo.

Certamente, o fenômeno de “feminização da pobreza” já ganha espaços sem fronteiras ao se confirmar não só nas estatísticas das principais agências internacionais, como também no cotidiano, nas imagens de países com índice de desenvolvimento humano baixo. Posto isso, pode-se afirmar que, no conjunto dos indivíduos que vivem com menos de um dólar ou menos por dia (cerca de um milhão e quinhentas mil pessoas), a maioria é constituída de mulheres.

Mas é fundamental que se destaque sempre, em primeiro lugar, a questão da trajetória feminina da escola ao mundo do trabalho. Por quê? Porque somente a educação pode proporcionar a autonomia necessária, sobretudo financeira, para que a condição da mulher não seja mais motivo de vitimização, submissão ou diferenciação.

No Brasil, segundo relatório da UNESCO e OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) para o ano de 2000, as mulheres começam a ganhar dos homens em nível de instrução: são 53,5% dos concluintes do ensino fundamental; 58,5%, do ensino médio e 61,4%, do ensino superior. As escolas ignoram essa maioria e, não poucas vezes, pecam pela discriminação, observada, por exemplo, nas atividades em grupo que separam meninas e meninos e nos livros didáticos, em que a

figura do homem aparece vinculado ao trabalho e às relações externas e a da mulher, à vida doméstica e familiar.

A maioria dos profissionais em educação é do sexo feminino, no entanto, muitos deles, até inconscientemente, refletem em seu trabalho preconceitos que permearam sua própria educação. Portanto, o compromisso firmado em Pequim procede, pois é urgente alertar autoridades do setor e docentes de que a quebra dos preconceitos começa na escola – sejam eles de sexo, geração, raça, religião ou etnia – se se deseja formar cidadãos e criar espaços mais justos e igualitários. Uma legislação específica para garantir os direitos das mulheres existe, mas talvez sua aplicação demore até que seu significado seja divulgado, apreendido e vivenciado cotidianamente por todos.

As ações jurídicas podem ser consideradas um pontapé inicial em prol da mudança de mentalidade, mas esta só acontece por meio da educação continuada e da incorporação diária e constante nas práticas e experiências sociais.

A participação das mulheres - acelerada após a Segunda Guerra - no mercado de trabalho, nos movimentos sociais, nas esferas de poder, não é só um direito, é primordial para a construção de uma sociedade mais justa e que almeje um desenvolvimento econômico e cultural. Mulheres não são minoria nem em número, muito menos em seu potencial de produção, na sua inserção nas relações de poder.

Uma sociedade repleta de carências como a brasileira não pode desprezar todo seu potencial produtivo e intelectual. Mas, no que se refere à igualdade de oportunidades, o Brasil ainda está na teoria, apesar das intensas ações e projetos tanto do campo público como das organizações não-governamentais, associações civis e grupos acadêmicos.

Partindo dessa linha, é determinante ainda a tripla discriminação sofrida pelas mulheres na sociedade moderna, especialmente nas esferas do emprego, precariedade nas condições de vida e remuneração. O fato pode ser comprovado ao observarmos os últimos

25 anos, que testemunharam a incorporação feminina ao mercado de trabalho, mas também a ampliação crescente de problemas sociais e econômicos para este grupo social. Em sua quase totalidade, e em diversas regiões do mundo, as mulheres se fixam, predominantemente, no setor de serviços e recebem salários menores, apesar da exigência de qualificação e formação para exercer atividades nesta área.

O movimento de mulheres alcançou, nas últimas décadas, enormes transformações em todo o mundo, alterando as condições de vida das mulheres, o imaginário social e o comportamento da sociedade. Essas mudanças foram fruto da luta das mulheres frente à flagrante desigualdade em direitos e oportunidades entre os sexos. Buscando condições de vida mais dignas, igualitárias e justas, as mulheres desbravaram territórios masculinos, conquistando definitivamente espaços de participação política e no mercado de trabalho (LIBARDONI, 2002).

Seguindo a abordagem de co-responsabilidade entre as desigualdades de gênero e desenvolvimento sustentável, é mais do que evidente a retomada das diretrizes fomentadas pelas agências internacionais como a ONU e o Banco Mundial, pelo menos no que se refere às orientações de organismos governamentais e parâmetros tomados pelas organizações não-governamentais. Neste caso específico, reafirmamos o exposto no relatório *Engendering Development* (BANCO MUNDIAL, 2001), quando promove as três estratégias centrais de atuação para promoção da equidade de gênero: a reforma de instituições para estabelecer direitos e oportunidades equitativas para homens e mulheres; incentivos econômicos para pesquisa e participação, reduzindo assim as disparidades em áreas como educação, saúde e nutrição; medidas que fomentem e confirmem as ações anteriores.

Ao enveredar pelas práticas e pelas lutas femininas e feministas do século XX, podemos demarcar a história recente brasileira e mundial como um período repleto de inquietações e movimentos que exigem uma nova era dos movimentos sociais. Um dos desafios mais importantes para o futuro tornou-se, em âmbito público e privado, a

construção de políticas comprometidas com o direito de oportunidades. Neste contexto, uma exigência para garantir liberdade com justiça social, seja ela de sexo, raça, classe ou religião é a consolidação da cidadania em suas três dimensões.

O período em apreço configurou-se pelo reconhecimento de um fato indiscutível: a situação das mulheres, seu crescente protagonismo em favor da marcha social e a necessidade de se organizar e repensar a ação social baseada nos princípios de conquista, manutenção e ampliação da cidadania social. Por isso, é preciso avançar mais na visibilidade de questões integradas como gênero, educação e trabalho. Ademais, acrescentar que os avanços – em alguns pontos nos últimos trinta anos – ainda encobrem muitos dos ranços de um sistema desigual e injusto.

Neste sentido, faz-se necessário educar e politizar mulheres para novos processos de socialização (aprendizagem, identidade e experiência), incorporados às esferas públicas e privadas e tentando uma real inclusão das mulheres nas decisões e nas representações sociais já estabelecidas, especialmente, no que se refere à educação – e porque não uma ênfase à Educação de Jovens e Adultos, modalidade de ensino que apresenta maioria substantiva de mulheres e meninas [já percebido nas diretrizes de organizações não-governamentais (Programa Alfabetização Solidária, por exemplo) e governamentais (Plano Nacional de Política para a Mulher, lançado em dezembro de 2004)].

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. *Engendering Development: Through gender equality in rights, resources and voice*. Washington, 2001.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE MULHERES BRASILEIRAS, 2002, Brasília. *Ajuste, Estado e Políticas Sociais: Plataforma Política Feminista*, 2002 (mimeo).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). *Censo demográfico – 1999, 2000*.

INSTITUTO DE PESQUISA DE ECONOMIA APLICADA (Brasil). *Indicadores Sociais: Trabalho X Gênero*. 2000.

KON, A. A economia política do gênero: determinantes da divisão do trabalho. In: *Revista de Economia Política*, v. 22, n. 3, jul. – set., 2002.

LIBARDONI, M. Apresentação. In: *Direitos Humanos das mulheres... em outras palavras: subsídios para capacitação legal de mulheres e organizações*. Brasília: AGENDE/SEDIM, 2002.

SAFFIOTI, H. Políticas de Trabalho. In: BARROSO, Carmen; COSTA, Albertina de Oliveira (Orgs). *Anais do Seminário Políticas Públicas e a Condição Feminina*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1983, p. 20.

SEN, A. A condição de agente das mulheres e a mudança social. In: *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

_____. Transformações recentes na estrutura ocupacional brasileira: impactos sobre o gênero. In: *Relatório de Pesquisa*. São Paulo: NPP-EAESP, Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SOUSA, I. C. The educational background of women working for women in Rio de Janeiro. *Convergence*, 1998, v. 31, n. 3, p. 30-37.

UNESCO. *Educação para todos*. Brasília: ONU/UNESCO, 1990.